



# Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC

## BOLETIM DO SINTE

### Proposta do Governo não corrige a tabela e ameaça retirar direitos



O Projeto de Lei sobre reajuste do magistério para 2013, cujos índices variam de 8% a 15%, inicialmente seriam pagos nos meses de abril e outubro, mas foram antecipados para fevereiro e setembro, sendo a primeira parcela retroativa a janeiro. O SINTE ressalta que não assina embaixo desta tabela que é provisória e não contempla as reivindicações da categoria, pois a mesma continua compactada e não considera a dívida do Piso na **Carreira de 2012 e 2013**.

O governo afirma que o projeto será encaminhado em regime de urgência para a Assembleia Legislativa, e assim que for aprovado, será feito o pagamento dos reajustes de 2013 em folha suplementar ainda no mês de fevereiro. Se não for possível por conta dos trâmites na Casa Civil e ALESC, os trabalhadores receberão os valores retroativos na folha de março.

### Avaliação da proposta de reajuste na tabela salarial do magistério para 2013

- 1) A proposta da tabela salarial apresentada pelo governo para o reajuste salarial de 2013 permanece com 12 níveis e 7 referências, sem linearidade entre os níveis e referências. Por exemplo, a diferença % entre o Piso e a graduação (progressão vertical) é de 6,74%. Entre a graduação e a especialização (progressão vertical) é de 21,02%. Especialização e o mestrado (progressão vertical) é de 11,16%. Entre o mestrado e o doutorado (progressão vertical) é de 10,36%. Quando se trata da progressão horizontal num mesmo nível o % de diferença é apenas 16,67% entre as referências A e G.
- 2) O índice do reajuste do Piso Nacional será aplicado para quem recebe menos que R\$ 1.567,00, ou seja, serão contemplados apenas os trabalhadores que estão entre os níveis 1 (A) e 6 (F). A partir do nível 6 (G) até o nível 12 (G) os reajustes variam entre 8% a 15,78%. Aqueles que estão entre os níveis 9 (A) e 10 (G), são os que receberam o menor índice de reajuste variando entre 7,83% a 9,38% e onde se concentram o maior número de trabalhadores. Esses índices são utilizados na prática para uma descompactação da tabela sem que ocorra uma verdadeira valorização e revitalização na carreira do magistério.
- 3) Segundo a proposta do governo, ele disponibilizará R\$ 800 milhões de reais para a descompactação, que se dará em 3 anos (2013, 2014 e 2015). Sendo pago 1/3 a cada ano. A tabela para 2014 e 2015 será discutida numa próxima etapa. A proposta de descompactação até 2015 é de garantir 2,75% de diferença % entre as referências (progressão horizontal) e 30% de diferença entre os níveis de piso e graduação (progressão vertical), 50% de diferença entre o piso e a especialização (progressão vertical), 75% de diferença entre o piso e o mestrado (progressão vertical) e 100% de diferença entre o piso e doutorado (progressão vertical).
- 4) O SINTE/SC mantém a sua posição de defesa do reajuste do piso na carreira conforme prevê a lei 11.738/08. Por isso, exige que o governo aplique a todos os percentuais que não foram repassados aos trabalhadores referentes aos anos de 2012 e 2013.

O Sindicato fez vários questionamentos sobre a 2ª etapa, mas até o momento não recebeu nenhuma resposta. São várias dúvidas que o SINTE/SC levantou e entre elas está à questão da regência de classe, a progressão e 1/3 de hora atividade e a relação aluno/professor na rede estadual.

**O SINTE/SC alerta a categoria, que a proposta do Estado é uma tática para evitar uma greve e desmobilizar a categoria, com o objetivo de tirar o foco do plano de revitalização da carreira (2ª etapa do projeto), já que o mesmo pode conter artimanhas para mexer em direitos já adquiridos, como a regência de classe. Precisamos estar atentos/as e mobilizados/as pois embate que teremos pela frente não será fácil e nem rápido.**

**Saiba mais em: [www.sinte-sc.org.br](http://www.sinte-sc.org.br)**

# Pacto pela Educação: Magistério entrega Manifesto ao Governo



Os trabalhadores em Educação de Santa Catarina foram a público manifestar sua indignação pelo lançamento do Pacto Pela Educação proposto pelo Governo do Estado em ato realizado no dia 18/02 em frente ao Centro Administrativo.

Quando se propõe um pacto é preciso que se faça um acordo claro com os pactuados e isto não ocorreu. Quais as negociações e consensos estabelecidos com os educadores, com a comunidade escolar e a sociedade, que justificariam chamar a esta ação de governo de pacto? Os/as trabalhadores/as há muito vem lutando por melhorias na educação e querem sim investimentos, porém, não concordam com ações meramente midiáticas, que não atacam os problemas e questões centrais da educação pública catarinense.

Distribuir tablets e anunciar reformas, tentando convencer a sociedade de que o governo está promovendo grandes avanços na educação, não responde às questões centrais de um verdadeiro pacto pela educação. O governo sabe muito bem, e a muito tempo da situação caótica das escolas, que tem deixado pais alunos/as e trabalhadores/as inseguros em todo o início do ano letivo.

Segundo texto publicado no site da SED “O Pacto tem a meta de elevar o nível de ensino das escolas catarinenses, chegando à qualidade da educação dos países desenvolvidos”. Alertamos que em países desenvolvidos os profissionais da educação são respeitados, bem remunerados, trabalham em ambientes salutar e adequados, sua função e formação é incentivada e valorizada pelos governos e pela sociedade.

Para nós é difícil entender como chegaremos a este nível certamente desejado, se a valorização dos profissionais da educação fica muito longe do minimamente razoável, e com uma grande parte dos/as trabalhadores/as contratados/as em caráter temporário, trabalhando em escolas que literalmente estão desabando em suas cabeças.

Não aceitamos um pacto pela educação, no instante em que o Governo se propõe a enviar à Assembleia Legislativa uma proposta muito aquém daquilo que é devido ao magistério catarinense. Além disso, durante sua campanha, o Governador afirmava que uma de suas metas para a educação, seria implantar um projeto de meritocracia, que inclui a retirada de direitos dos trabalhadores, tema já abordado na mesa de negociações com o SINTE/SC.

**Pacto pela educação significa não apenas o anúncio de investimentos em infraestrutura das escolas, mas ações imediatas e emergenciais para as escolas disporem de bibliotecas, laboratórios, merenda de qualidade, quadras de esporte. Significa valorização dos profissionais que atuam na rede pública. Cuidar da saúde dos trabalhadores do magistério e não questionar as licenças médicas que recomendam afastamento destes profissionais. Significa segurança, salário digno, respeito aos direitos adquiridos e a aplicação correta das leis, como a do PSPN (Lei do Piso).**

## CALENDÁRIO DE LUTAS

05 de Março—Assembleia Estadual SINTE/SC  
06 de Março—Marcha Nacional CUT/ Brasília  
24 de Abril—Ocupação do Congresso Nacional  
23, 24 e 25—Greve Nacional CNTE

**Expediente:**  
Assessoria de Imprensa SINTE /SC  
**Jornalista Responsável:**  
Graciela Fell  
MTB: 0004455SC